

ATA DA 050ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 16 DE MAIO DE 2012
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 10h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Daniel Tozzo - Darci de Matos - Dieter Janssen - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Plínio de Castro - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Valmir Comin.

SUMÁRIO

Partidos Políticos

DEPUTADO VALMIR COMIN - Reporta-se ao comprometimento da presidente Dilma Rousseff com a duplicação do trecho sul da BR-101.

DEPUTADO DANIEL TOZZO - Manifesta preocupação com o oeste de Santa Catarina; reporta-se à audiência pública da comissão de Direitos e Garantias Fundamentais.

DEPUTADO DIRCEU MATOS - Fala na homenagem pela bancada do PSD pelos 35 anos de história da Adotesc; reporta-se aos catarinenses que estão sem assistência jurídica gratuita.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Analisa a possibilidade de recuperação das pessoas que caem na criminalidade; defende a Defensoria Dativa.

DEPUTADO CARLOS CHIODINI - Posiciona-se com relação à aprovação da Resolução n. 72 e seus reflexos.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Aborda a Lei da Transparência.

Explicação Pessoal

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Presta homenagem aos assistentes sociais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos.

Nesta manhã os primeiros minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Valmir Comin, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, srs. e sras. deputadas, na manhã desta quarta-feira gostaria que a assessoria colocasse um vídeo da nossa presidente Dilma Rousseff, relacionado à duplicação do trecho sul da BR-101.

(Procede-se à apresentação do vídeo.)

(Passa a ler.)

"O que acabamos de ouvir, sr. presidente, é mais do que uma declaração, é um compromisso de ninguém menos do que a chefe da nação, a presidenta Dilma Rousseff. É uma declaração emblemática, que mostra a firme determinação da presidenta em ver concretizada na sua totalidade uma obra que, sem exageros, podemos chamar de espinha dorsal do estado catarinense - a duplicação da BR-101 -, que está incompleta no

trecho sul, de Palhoça aos limites com o estado do Rio Grande do Sul.

Se a própria presidenta da República está determinada na conclusão da duplicação no trecho sul, se é clara a sua vontade, por que a obra está nesse estado de letargia? O que está faltando? Trata-se de uma obra que se arrasta há 16 anos, cujo término vem sendo constantemente adiado. Aliás, foi tantas vezes adiado que ninguém mais se arrisca, deputado Altair Guidi, a precisar uma data exata.

A Federação das Indústrias de Santa Catarina - Fiesc -, também cansada de aguardar por um desfecho positivo dessa verdadeira novela, pediu uma análise à Saporiti Engenharia, que foi mais afirmativa: 'A duplicação da BR-101, entre Palhoça e Osório, no Rio Grande do Sul, somente deverá ficar pronta no final de 2016', ou seja, dois anos após o país sediar a Copa do Mundo. Resta saber como nós, catarinenses, poderemos conviver com essa situação até lá.

O Departamento Nacional de Infraestrutura Terrestre - DNIT - previu para dezembro do ano passado a conclusão dos lotes 22 e 23 (Palhoça a Paulo Lopes e Araçatuba a Itapirubá), o que não aconteceu. Para a Fiesc, esses lotes apenas deverão estar concluídos no final de 2012. Uma previsão que falhou pela diferença de um ano! O lote 25, que vai de Itapirubá a Capivari de Baixo, onde há obras consideradas críticas (viaduto de acesso ao KM 37, Santiago, Estiva, Vida Flor e Capivari de Baixo, além da ponte sobre o rio Capivari), segundo o DNIT, estará concluído em julho do ano em curso. Mas os estudos da Fiesc dizem que não, que ficará para julho do ano que vem.

Há ainda vários entraves para a conclusão da obra de duplicação, como os túneis do Morro dos Cavalos, a ponte do canal de Laranjeiras, o túnel do Morro do Formigão, a duplicação e acessos a Laguna, além da recuperação de três pontes - conforme aponta o levantamento da Fiesc, pelo visto, bem mais preciso do que as previsões do DNIT.

Dos 260km do trecho duplicado restam ainda 39km. A restauração da pista antiga atingiu 188km dos 240km, sendo 39km remanescentes. Das 166 passarelas projetadas, somente 24 foram executadas. Apenas no que diz respeito aos viadutos, a obra da duplicação mostra alguma celeridade: restam apenas quatro por fazer, de um total de 34.

Diante desse quadro, o presidente da Fiesc, Glauco José Côrte, desabafou: 'Temos ainda cinco anos de obras, o que, além das perdas de vidas, significa prejuízos para a economia catarinense'. E vai mais além, dizendo que hoje há setores que contabilizam perdas, como o das transportadoras, e que precisamos mensurar isso para pensar em um ressarcimento pelo governo federal.

Esse levantamento da Fiesc foi encaminhado ao governo federal. E o que diz o DNIT? O DNIT garante que o atraso se deve à complexidade da obra, que por ser de um órgão federal tem uma burocracia muito grande, como prazos e licenças. O rompimento com uma empresa, por exemplo, pode levar até um ano.

Em vez disso, para que a promessa da presidente da República possa finalmente ser cumprida, para que todos os catarinenses e os que aqui vivem possam ver essa demorada obra ser concluída, conclamo toda a sociedade - suas lideranças políticas, empresariais, de todos os setores, para que se unam e insistam na conclusão da duplicação do trecho sul da BR-101. Apenas com a força da nossa união, com a nossa persistência, poderemos quebrar esse verdadeiro tabu.

Vou fazer a minha parte e vou procurar reiteradas vezes, quando aqui fizer meus pronunciamentos e também na comissão dos Transportes, lembrar sempre da declaração da nossa presidenta. Entendo essa obra como a espinha dorsal para o escoamento da produção de Santa Catarina, como a rota que integra o Mercosul, e acredito na sensibilidade, no poder e no grande governo que a presidente Dilma vem fazendo no Brasil, mas vem deixando a desejar com relação ao trecho sul da BR-101.

Criticaram e muito o ex-presidente Fernando Henrique, mas nos oito anos que por lá passou duplicou o trecho norte da BR-101. Passados os oito anos do governo Lula, o trecho sul não foi concluído e apesar da promessa da presidenta de que embora o governo Lula não tivesse concluído as obras, ela iria fazê-lo nos primeiros meses do seu governo, isso não aconteceu. Já estamos com um ano e meio do seu governo, vai chegar a dois anos e, quem sabe, até o mandato inteiro e o nosso sonho não será concretizado. Apesar de tudo, acredito ainda nas palavras da presidenta Dilma Rousseff.

Acho que a sociedade catarinense, a bancada federal catarinense, os nossos senadores e o governo do estado precisam ser os motivadores e sigam o exemplo do governo do Rio Grande do Sul, que capitaneou o processo da duplicação e conseguiu a obra. Se o governo fizer a sua parte, a sociedade colabora para o êxito da sua proposição."

Por essa razão faço um apelo veemente a v.exas., à bancada do Partido dos Trabalhadores, à bancada governista, inclusive à do meu partido, que também dá sustentação ao governo federal, à presidente Dilma Rousseff, no sentido de que nos unamos e cobremos uma posição que nos é de direito, com relação a esse débito que o governo federal tem para com o estado de Santa Catarina.

Era isso, sr. presidente, srs. deputados!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Daniel Tozzo, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO DANIEL TOZZO - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, nossos amigos que nos estão ouvindo pelos recursos tecnológicos que a Casa dispõe, é uma grande satisfação estar aqui, hoje, e relatar alguns episódios, alguns acontecimentos que vêm deixando preocupado o oeste de Santa Catarina. Tenho que continuar falando

nisso, porque na semana passada não chegamos a uma conclusão devido ao tempo.

A seca no oeste de Santa Catarina, que tanto preocupa, está trazendo uma série de reflexos econômicos. E como muito bem comentou o deputado Mauro de Nadal, nesses últimos dias, não é o problema de falta de chuva no estado, pelo contrário, tem até excesso, o que falta é armazenamento de água.

Hoje as empresas que dependem da produção agrícola estão com faturamento baixo, algumas até abaixo do ponto de equilíbrio. Vemos o estado de Santa Catarina reclamando que a arrecadação está diminuindo devido a algumas mudanças nesses últimos meses. Isso nos faz refletir muito a respeito.

Se esse dinheiro destinado à seca, cerca de R\$ 60 milhões para investir em prevenção, começar a ser liberado de forma lenta e as prefeituras não fizerem o seu papel, efetivamente, de forma ágil, como tem que ser, no ano que vem estaremos com o mesmo problema e com o mesmo discurso. Confesso que nos meus 35 anos de vida cresci ouvindo falar na estiagem no oeste de Santa Catarina. Sempre é o mesmo discurso. O problema não é porque falta água, o problema é que não se armazena!

Então, espero que esses recursos sejam bem aplicados e que as propriedades rurais e as empresas tenham condições de armazenar água, para que no ano que vem não tenhamos queda de faturamento, de produção e para que o problema econômico não se transforme num problema social mais na frente.

Entendo que o problema não existe apenas no meio rural e na produção, mas também nos perímetros urbanos. Então, quero dirigir-me às comunidades de Chapecó, Xanxerê, Xaxim, Cordilheira Alta, Coronel Freitas e Nova Itaberaba, que querem saber como está o andamento de um projeto anunciado no oeste de Santa Catarina, que foi muito aplaudido e que é necessário.

Como é sabido, Chapecó tem um sistema de abastecimento de água precário. A cidade cresce

muito, é uma das que mais crescem em Santa Catarina. Tenho até muito orgulho de dizer que é uma das principais cidades do sul do Brasil em nível de produção, com toda certeza. Mas a continuidade desse *status* depende, sim, de um projeto bem elaborado.

Teremos provavelmente, na próxima semana, uma audiência com o presidente da Casan para vermos como está o andamento desse projeto e queremos colocar-nos à disposição dos prefeitos dos municípios envolvidos, pois a comunidade espera que isso realmente aconteça.

O problema da água no nosso grande oeste é fácil de resolver. Precisávamos de dinheiro, recursos e vontade. Isso nós já conseguimos. Agora, os produtores precisam trabalhar e os homens públicos têm que fazer a sua parte com agilidade para resolver o problema.

Outra grande preocupação de todos é o andamento das obras do aeroporto de Chapecó. Quero dizer a todos os catarinenses que estive visitando no domingo, Dia das Mães, ao fazer um passeio com a minha família, o aeroporto de Chapecó e gostei do que vi. Acho que as obras estão em ritmo acelerado e quero parabenizar as empresas, a prefeitura, enfim, todas as esferas que estão liberando recursos para o andamento da obra, porque se continuar assim, teremos antes do prazo o aeroporto funcionando novamente, melhorando as condições do setor hoteleiro, que vem passando por problemas de queda de faturamento devido à ausência de pousos de aeronaves na cidade.

Sr. presidente, ontem, tive a oportunidade de substituir a deputada Luciane Carminatti, presidente da comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher, numa audiência pública no plenarinho desta Casa. Fui convidado e, por ser uma deputada da minha cidade, Chapecó, senti-me na obrigação de representá-la, tendo em vista que estaria viajando.

Quero dizer a todos que foi uma oportunidade de aprendizado insuperável. Essa audiência pública foi solicitada pela Associação Beneficente São Dimas, para apresentar o trabalho da Apac -

Associação de Proteção e Assistência ao Condenado -, que funciona muito bem no estado de Minas Gerais. Na ocasião ouvimos depoimentos de condenados, de juizes, enfim, de pessoas que estão à frente desse projeto que vem obtendo resultados maravilhosos.

Jamais querendo proteger bandido, temos que reconhecer que o sistema carcerário nacional é precário. Após cumprir a sua pena, 70% dos apenados voltam a delinquir. Então, não há dúvida de que há algo errado, que o sistema precisa ser modificado. Após cumprir a pena, todos sonham em voltar ao convívio social. Agora, se de cada 100 apenados soltos, 70 voltam aos presídios, o estado não tem como aguentar o alto custo disso, sem falar que o sistema prisional não estará servindo para redimir, mas para capacitar para mais crimes.

Ontem tivemos a oportunidade de ver um projeto que dá certo. Os apenados trabalham, convivem, ouvem palestras, conversam com juizes de uma forma que emocionou todos que estavam na audiência.

Eu só escrevi algumas palavras que quero repetir: quebra de paradigma, trabalho, dignidade, nova vida, educação, escola, espiritualidade. Mas o que mais me chamou a atenção é que dos ex- apenados que participam do projeto nenhum deles, depois de cumprir a pena, voltou para a prisão. E um detalhe, nenhum deles fugiu. Nenhum preso fugiu. Imaginem a pessoa sair da cela e ir para o local de trabalho, livre, com portas abertas, com chave na mão, com computador, telefone, e ninguém fugir!

Realmente é um projeto que deve ser copiado, que deve ser acompanhado e que deve fazer a nossa sociedade refletir. Certamente esse mundo precisa mudar em todas as esferas. E ontem aprendi muito. Foi uma verdadeira palestra. É claro que existem casos nos quais não há como aplicar esse tipo de projeto. Mas nas situações que devem ser aplicadas que se aplique, de maneira correta, digna, dando oportunidade às pessoas que podem, sim, ter uma segunda chance na vida!

Então, nossos parabéns à Apac, às pessoas que estão com o projeto, porque realmente foi um belo

aprendizado. E aproveito a oportunidade para convidar os srs. deputados desta Casa para acompanharem e lerem a respeito do trabalho da Apac no estado de Minas Gerais.

Quero dizer que esta semana estarei na região de Joaçaba e em Erval Velho, Xaxim e Xanxerê cumprindo agenda, atendendo à solicitação dos prefeitos, colocando-me à disposição para continuar o trabalho na busca de recursos para a nossa região oeste.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Darci de Matos, que dividirá o tempo de 14 minutos com o deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, desejo, dentro dos sete minutos de que disponho, pois os próximos cederei ao deputado Maurício Eskudlark, falar sobre dois assuntos.

O primeiro assunto diz respeito à sessão especial realizada nesta Casa na noite de ontem, que contou com a presença dos deputados Mauro de Nadal, Daniel Tozzo, Dieter Janssen, Reno Caramori e Jailson Lima, uma homenagem da bancada do PSD aos 35 anos de história, de serviços prestados e de luta da Adotesc - Associação de Despachantes Oficiais de Trânsito do Estado de Santa Catarina.

Foi uma das sessões mais concorridas deste ano. Havia, aproximadamente, 400 despachantese contou também com a presença do secretário da Segurança Pública, César Grubba, do diretor-geral do Detran, Vanderlei Rosso, e de outras autoridades.

Deputado Dieter Janssen, os despachantes possuem algumas entidades organizadas, como a Creditran, que é uma cooperativa, possuem um instituto que trabalha o viés da cidadania, possuem sindicatos que fazem a parte de defesa da

política sindical da categoria, além de um instituto de previdência privada e de 22 regionais.

Os despachantes de Santa Catarina são considerados os mais organizados do Brasil. É o único estado onde realmente funciona esse sistema, tudo por conta da Adotesc, que dá condições aos profissionais de fazerem o licenciamento dos veículos no seu escritório.

A Adotesc tem fé pública, é uma entidade de utilidade pública, que tem um convênio com o governo do estado, com as secretarias da Fazenda, da Administração e da Segurança Pública. Os despachantes são parceiros no estado na arrecadação e na emissão de documentos, facilitando a vida do contribuinte catarinense. Por quê? Porque muitas vezes o poder público não tem estrutura e não dá a devida celeridade no despacho da documentação, deputado Daniel Tozzo. Por isso os despachantes, através dessa parceria com o governo do estado, facilitam a vida do povo catarinense.

Quero dizer também que eles geram, aproximadamente, 5.000 postos de trabalho diretos e são em torno de 800 despachantes organizados no estado de Santa Catarina.

Portanto, aos despachantes, aos empresários desse ramo em Santa Catarina os nossos elogios, os nossos parabéns, o nosso incentivo e a nossa admiração pelo excepcional trabalho que realizam em parceria com o governo do estado, facilitando a vida do catarinense.

Quero também, sr. presidente, fazer menção ao requerimento de minha autoria que foi aprovado há pouco na comissão de Finanças e Tributação da Assembleia.

Todos acompanhamos, através da imprensa, que as seccionais da OAB suspenderam, com uma boa dose de razão, a assistência jurídica aos trabalhadores carentes de Santa Catarina. E como diz o caboclo, a corda sempre arrebenta no lado mais fraco. E a parte mais fraca, neste momento, são os trabalhadores do estado, que estão absurda e vergonhosamente sem assistência jurídica.

A OAB, deputado Elizeu Mattos, tem para receber do governo do estado R\$ 90 milhões, dívida de governos anteriores. E quem está sendo prejudicado são os trabalhadores que estão sem assistência jurídica. Os advogados que estão no início da carreira é que fazem a Defensoria Dativa, que funciona muito bem em Santa Catarina. Então, não são os advogados ricos e renomados, são os advogados iniciantes que têm esse débito com o governo do estado.

O governador Raimundo Colombo, numa ação rápida, recebeu a OAB e está tratando de um cronograma de pagamento. O governo do estado repassa R\$ 2 milhões por mês para a OAB, mas é preciso aumentar esse repasse, deputado Neodi Saretta, v.exa. que também é advogado, para que possa quitar a dívida e pagar os honorários mensais.

Portanto, apresentei o requerimento que foi aprovado na comissão de Finanças e Tributação e estou convidando, sob a liderança do presidente da comissão, deputado Marcos Vieira, o secretário da Fazenda, o procurador-geral do Estado e o presidente da OAB para que possamos agilizar e definir um cronograma de pagamento, a fim de que a OAB volte a prestar assistência jurídica aos trabalhadores carentes do nosso estado.

Com certeza haveremos de encontrar uma solução e resolver definitivamente essa questão, além do que, srs. deputados, o projeto de criação da Defensoria Pública virá para esta Casa e vamos defender uma assistência compartilhada, ou seja, Defensoria Pública e Defensoria Dativa.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário do PSD, ocupará o restante do tempo o sr. deputado Maurício Eskudlark, a quem concedo a palavra.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, quero agradecer a deferência do nosso líder, deputado Darci de Matos, e saudar todos que nos acompanham nesta sessão.

Sr. presidente, essa questão da Defensoria era previsível e vai ficar pior ainda, porque tínhamos um modelo exemplar. Tínhamos em torno de sete mil advogados cadastrados no estado, que davam assistência jurídica, sendo indicados nas mais diversas especialidades para fazerem a defesa das pessoas carentes.

Vamos criar mais uma estrutura enorme, porque a Defensoria Dativa é mais do que um Ministério Público em estrutura, e ainda capenga, porque não haverá representantes em todos os municípios do estado. E se não houver esse convênio, essa atuação conjunta com os advogados da OAB, o serviço ficará incompleto, caro e a estrutura poderá ser mais um elefante branco em Santa Catarina.

Então, o modelo de Defensoria Dativa de Santa Catarina era eficiente, próxima do cidadão e dava oportunidade aos novos advogados do estado e aos antigos também, porque muitos deles faziam questão de dar sua quota de apoio à Justiça catarinense e ao cidadão necessitado.

Portanto, se tivermos uma solução híbrida, que tenha a participação de uma organização, que já será cara, de Defensoria Pública nos moldes que se apregoa e se ela tiver um trabalho conjunto com a OAB, ainda haverá a possibilidade de atender ao povo catarinense em todos os municípios; senão, estaremos condenando o cidadão que não tem condições de arcar com as despesas de advogado a ficar sem apoio, sem atendimento na questão dos seus direitos.

Srs. deputados, por que os advogados não querem atender? Porque se a lei foi declarada inconstitucional, se não está mais em vigor, vão receber de quem? O estado não vai poder pagar, porque o Supremo Tribunal declarou a lei existente inconstitucional e para efetuar o pagamento precisa ser com base em alguma lei. Então, se a legislação não existe, a OAB não tem como atender. Não é desforra nem falta de vontade da OAB; o que está ocorrendo é que estão agindo com coerência, porque eles não têm um embasamento legal para receber esse pagamento; portanto, dessa forma não

vão prestar o serviço, porque ficarão a descoberto.

Então, os defensores dativos da OAB, nomeados pela Justiça, estavam atendendo a todos os casos para os quais foram nomeados quando da vigência da lei, mas agora que a lei foi revogada, não há como continuar a fazê-lo. Dessa forma criou-se um vácuo que está prejudicando todos e deve-se buscar, efetivamente, uma alternativa.

O problema não é da OAB, repito, que através dos seus advogados no estado sempre fez uma defesa responsável e competente do cidadão catarinense, mas agora não pode continuar fazendo em razão de não existir amparo legal para continuar esse trabalho.

Gostaria de abordar, ainda, um tema já citado pelo deputado Daniel Tozzo, que diz respeito à recuperação das pessoas que caem na criminalidade, o que é muito importante, mas difícil.

Gostaria de dizer, deputado Daniel Tozzo, que realmente é difícil, porque em parte a lei brasileira é muito frouxa, muito mole, e quem erra, quem pratica pequenos delitos, não vai para a cadeia. Por isso, ela reincide na criminalidade. Para ser preso em nosso país tem que fazer muita coisa, tem que ser latrocida, bandido pesado que, quando liberado, volta a praticar crime, porque convive com isso. Por isso, o índice de reincidência é muito alto, tendo em vista que apenas vai preso quem pratica crimes pesados.

Mas v.exa. falou também dos bons exemplos de recuperação, e cito o trabalho que o padre Vilson Groh faz em Florianópolis e em quase todo o estado de Santa Catarina, um trabalho excepcional, voltado aos jovens, chegando a ponto de fazer essas pessoas entregarem armas, drogas e aceitarem participar de programas sociais desenvolvidos por uma equipe que muito admiro.

Eles oferecem tantas oportunidades aos jovens que até tiveram a iniciativa de abrir uma fábrica de pranchas de surfe, porque não adianta tirar o jovem da criminalidade e oferecer uma alternativa que não está dentro da sua expectativa. Por isso, essa equipe trabalha com o jovem naquilo que ele

gosta de fazer, por exemplo, construir pranchas, surfar.

Esse trabalho traz resultados, e há milhares de jovens que já participaram desse processo de ressocialização oferecido pelo padre Vilson e por toda sua equipe, que realmente tem recuperado muitas pessoas. Se não fosse isso, realmente teríamos uma situação muito mais grave, principalmente na Grande Florianópolis.

Gostaria de falar ainda sobre a audiência pública que teremos na Câmara de Vereadores de Itajaí sobre a duplicação da rodovia Antônio Heil. Estive esta semana também na rodovia TransBeto, uma rodovia bonita que dá acesso ao parque Beto Carreiro, que antes era toda iluminada e agora está no escuro, porque os usuários de *crack*, os traficantes, conseguiram tirar toda a fiação para facilitar a venda de drogas.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Maurício Eskudlark.

Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Carlos Chiodini.

O SR. DEPUTADO CARLOS CHIODINI - Sr. presidente, srs. deputados, venho à tribuna desta Casa, no horário do PMDB, para tratar de um assunto de grande relevância para o estado de Santa Catarina. Já foi levantado em outros momentos pelos colegas, mas ainda merece a nossa manifestação e algumas considerações que entendo que precisam ser feitas. Refiro-me à aprovação da Resolução n. 72, transformada na Resolução n. 13, e seus reflexos na economia e no dia a dia do estado de Santa Catarina e dos outros estados do Brasil que também utilizavam essa forma como propulsora de sua economia.

(Passa a ler.)

"No último dia 25 foi aprovada essa resolução por 58 votos favoráveis e dez contrários, que acabou provocando grande preocupação com o Orçamento do estado e dos municípios catarinenses

já para o próximo ano. A Resolução n. 13 praticamente põe fim aos debates iniciados em 2010 para tentar barrar as importações consideradas prejudiciais a alguns estados brasileiros.

Com a aprovação da Resolução n. 13 o governo federal venceu a queda de braço contra cerca de dez estados da federação quanto à unificação em 4% da alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) para produtos importados, dando fim, a partir de janeiro do próximo ano, aos incentivos fiscais estaduais para movimentação de cargas via portos.

Essa nova alíquota, que entra em vigor a partir de janeiro de 2013, refletiu de maneira drástica em um setor estratégico do desenvolvimento catarinense, que é o setor portuário e retroportuário do estado, localizado nas cidades de Imbituba e de Itajaí."

Falo com conhecimento de causa, porque tive a oportunidade, durante dois anos, de ser diretor do porto de São Francisco do Sul, no período em que o estado de Santa Catarina adquiriu, deputado Daniel Tozzo, toda essa força de referência logística, seja na importação ou na exportação das riquezas brasileiras.

(Continua lendo.)

"Com a alteração dos critérios do ICMS contemplados em regimes especiais pelo estado de Santa Catarina, além de suspender os novos investimentos no *tradding* portuário que lida com importações, inibe programas que asseguravam a geração de empregos e a adoção de tecnologia para o aprimoramento dos serviços portuários.

O fim da alíquota diferenciada de ICMS para importações em dez estados, inclusive o estado de Santa Catarina, que chamavam de guerra fiscal, está ligado ao baixo crescimento da economia brasileira e às fortes pressões de alguns estados e também de alguns setores econômicos.

Entre os que vão ganhar com a alíquota única de 4% para importação está o estado de São Paulo, que já lidera o setor por concentrar grande parte das cargas vindas ao Brasil no porto de Santos e por ter grande parte do mercado consumidor; então,

é evidente que o importador de alguns bens de consumo irá levar ao estado paulista as suas cargas.

A única coisa que fica de fora da nova alíquota são os itens importados sem similar nacional e componentes de informática inclusos no Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores.

Em vários encontros, o ministro da Fazenda pediu ao governo catarinense que apresentasse uma proposta de transição dos modelos, especificando em quantos anos ocorreria a redução até atingir 4%. Disse também que estaria disposto a discutir as particularidades de alguns setores da economia que se beneficiavam das importações catarinenses, chegando a oferecer compensações para melhorar a infraestrutura e as nossas principais necessidades estruturais.

Parece que tudo isso foi relevado e dificilmente alguma coisa realmente se tornará realidade. Basta lembrar as dificuldades que já temos nas obras de infraestrutura em andamento no estado de Santa Catarina, as lutas pela duplicação das nossas principais rodovias.

Ainda ontem, em encontro com o ministro dos Transportes e o diretor-presidente do DNIT, a comitiva de representantes federais da bancada catarinense recebeu a notícia de que o prometido edital de duplicação da BR-280, que sairia em abril deste ano, acabou não saindo e vai ficar para setembro, atrasando ainda mais essa batalha que já dura 15 anos, no caso do norte catarinense."

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO CARLOS CHIODINI - Pois não!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Quero cumprimentar v.exa. pelo debate e pela coerência na sua exposição sobre o tema da unificação do ICMS.

Concordo que temos que acabar com a guerra fiscal no Brasil e algumas ações são importantes para isso, como a Lei do Simples Nacional, que é para todo o Brasil, e a unificação das alíquotas

para a importação. É claro que Santa Catarina sofre, mas acho que estão exagerando na avaliação das perdas do estado. É claro que no primeiro momento vamos ter uma perda, isso é consenso; agora, o estado, num período médio, vai recuperar tudo. Por quê? Porque muitas empresas, associações comerciais e industriais nos procuraram sentindo-se prejudicadas com a excessiva importação de produtos. Estávamos desenvolvendo outros países e não o nosso país e o nosso estado. Então, era preciso resolver essa questão, pois não dava mais para continuar do jeito que estava.

Conversamos muito com empresários do oeste, do grande oeste catarinense, principalmente do setor industrial, que se mostraram muito preocupados, porque perderam competitividade em virtude da concorrência desleal com produtos estrangeiros. Poder-se-ia ter construído um processo de transição, e sempre defendi essa posição, mas não aconteceu. Mas o processo tinha que ser estancado, pois não estava mais contribuindo, com certeza, para desenvolver Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO CARLOS CHIODINI - Concordo com as colocações de v.exa. Até tento levar aqui essas colocações de forma pontual, com a preocupação com as perdas do setor logístico, portuário, retroportuário e também da cadeia produtiva que esses trabalhos geravam.

Mas isso também não vai fazer melhorar a competitividade da empresa brasileira e nem vai diminuir a importação, ela só vai mudar de porto. Mas entendo a sua preocupação com o fortalecimento da indústria nacional e esse também é um foco nosso.

O Sr. Deputado Valmir Comin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO CARLOS CHIODINI - Pois não!

O Sr. Deputado Valmir Comin - Primeiramente quero parabenizá-lo pela linha de raciocínio, pela coerência do seu pronunciamento e também pela essência das suas colocações acerca dessa questão das alíquotas e da infraestrutura dos portos de Santa Catarina.

A lei do mercado é a da oferta e da procura: que tem produto de qualidade com bom preço, vai atingir qualquer ponto desse planeta.

Essa questão da guerra fiscal é um assunto que vem sendo debatido ao longo dos tempos, e ninguém quer estabelecer renúncias de tipo algum. É claro que a união e o próprio Confaz - Conselho Nacional de Políticas Fazendárias - têm que estabelecer uma política de oportunidades, de igualdade. Já o grau de competitividade, de criatividade e de incentivo é de cada estado.

Penso que a essência de tudo isso está na falta de infraestrutura. O custo dos contêineres para carga e descarga é um absurdo, e é isso que acaba inviabilizando o processo. Hoje, por exemplo, estamos viabilizando a globalização dos navios Panamax que estão atravessando os oceanos com custo reduzido, engessando praticamente a indústria catarinense e nacional.

Por isso precisamos realmente adotar uma política com o propósito específico de melhorar a infraestrutura e modernizar os portos, as vias mestras de escoamento, para acabar com o equívoco do sistema modal que temos, que prejudica todo o desenvolvimento e encarece os produtos nacionais.

Por essa razão parabênizo v.exa.

O SR. DEPUTADO CARLOS CHIODINI - Muito obrigado pelo aparte.

O governo catarinense vem alegando que poderá sofrer uma perda de aproximadamente R\$ 1 bilhão por ano, dizendo ainda que é a indústria que se beneficia das importações catarinenses, pois 62% desse volume, deputado Dieter Janssen, é de matéria-prima para ser industrializada em nosso estado ou em outro estado da federação.

Outro assunto importante foi levantado pelo senador Eduardo Braga, do Amazonas, que alertou o governo, num de seus pronunciamentos, acerca da construção civil. Ele afirmou que alguns itens importados para esse setor foram fundamentais para manter o custo do metro quadrado relativamente baixo, viabilizando, inclusive, projetos como o Minha Casa, Minha Vida, que entendo como sendo o

grande projeto de inclusão habitacional no Brasil nos últimos anos.

Agora, segundo ele, poderemos ter problemas de abastecimento e de preços em alguns setores da economia. Teremos uma forte redução na arrecadação do estado com a resolução em vigor, cuja economia tem como lastro o papel significativo do comércio exterior. Para nós, catarinenses, sobrou um grande impacto, e até fiz um levantamento, deputado Altair Guidi: se levarmos em consideração a queda de R\$ 1 bilhão na arrecadação, deputado Ismael dos Santos, os 295 municípios catarinenses o quanto perderiam? O município de Joinville deixará de arrecadar em torno de R\$ 24 milhões por ano; Blumenau, em torno de R\$ 13 milhões; Itajaí, R\$ 15 milhões; Jaraguá do Sul, R\$ 10 milhões; São Francisco do Sul, R\$ 3 milhões; Guaramirim, R\$ 3 milhões; e os municípios menores, entre R\$ 200 mil e R\$ 600 mil, conforme a sua participação no bolo e na divisão do ICMS.

Citei apenas alguns municípios, mas as perdas financeiras atingirão todos os 295, pois 25% do valor do ICMS arrecadado são divididos entre todos os municípios, de acordo com o índice de participação.

Portanto, é o momento de se juntar forças e mostrar que o estado catarinense é capaz de superar isso com trabalho e projetos. O governo já está apresentando algumas medidas para amenizar os impactos da unificação do ICMS, e a primeira delas é no campo fiscal, buscando a redução dos impostos municipais sobre a atividade portuária e retroportuária, a melhoria nas estradas com o apoio do governo federal e o anúncio de um programa de incentivo para investimentos no estado de Santa Catarina.

Para finalizar, apresentamos nesta Casa uma indicação, por sugestão do presidente do BRDE, para que, a exemplo do que aconteceu nas cheias, seja criado, deputado Dirceu Dresch, uma linha de crédito especial para os municípios portuários e retroportuários, via BNDES, bancos oficiais e de fomento, para que consigam manter seus investimentos e atrair novos.

Então, a título de sugestão fizemos esse encaminhamento e registramos a nossa preocupação com os índices de desenvolvimento da economia catarinense.

Muito obrigado, sr. deputados!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Carlos Chiodini.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Dirceu Dresch, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, o Brasil dá mais um passo significativo na construção da democracia no dia de hoje, pois passa a vigorar a Lei n. 12.527, a Lei da Transparência. Após a publicação da Lei de Responsabilidade Fiscal, talvez seja essa lei o principal instrumento da sociedade na fiscalização e no acompanhamento da aplicação dos recursos públicos.

Para nós, do PT, sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas e todos que nos acompanham pela TVAL e Rádio Alesc Digital, é um grande desafio o exercício da democracia na experiência que construímos em nossos governos municipais e estaduais e no governo federal, com referência ao Orçamento.

Necessitamos que a sociedade nos ajude a definir a estratégia da aplicação do dinheiro público, seja através do orçamento participativo, dos conselhos, seja através das conferências que estamos fazendo com a participação de milhares e milhares de pessoas nas mais diversas áreas, sempre discutindo a estratégia dos governos na elaboração do Orçamento.

O deputado Padre Pedro Baldissera foi prefeito de Guaraciaba e implementou belas experiências, da mesma forma o deputado Neodi Saretta e o deputado Volnei Morastoni, que foram prefeitos de Concórdia e de Itajaí, respectivamente.

Isso resolve tudo em relação à corrupção? Não, não resolve, mas dá uma grande oportunidade para a sociedade brasileira, através de suas

organizações, seus representantes e suas instituições, acompanhar a aplicação do dinheiro público. Isso torna mais transparente a administração pública.

Então, o dia de hoje é especial para o nosso país. Já tivemos experiências positivas e esta Casa mesmo tem avançado também na transparência, através da publicização dos seus atos. Isso é extremamente importante. Outros órgãos já estão usando de mais transparência nos seus atos e nas suas atividades, antes mesmo de entrar em vigor essa lei.

Ainda falando de órgãos públicos, precisamos avançar também nas entidades privadas, tanto as que recebem dinheiro público e que precisam prestar contas, quanto as que cobram da sociedade, através de taxas, como é o caso da capacitação do Sistema 4S, que recebe dinheiro público e não tem ainda a perspectiva de transparência e de divulgação da aplicação desse dinheiro.

Por outro lado, continuamos vendo situações extremamente complexas e preocupantes. Ontem, o Ministério Público de Santa Catarina prendeu 19 pessoas no estado vinculadas a prefeituras, inclusive dois ex-prefeitos.

Esse é um grande desafio, porque muitas vezes a licitação é feita e no Portal da Transparência aparece. Mas como foi feita, se houve caixa dois, não aparece. Então, a luta pela transparência e pela boa aplicação do dinheiro público continua e precisa ser uma das nossas prioridades.

Fizemos um pedido de informação ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, mas nos foi negada a informação, lamentavelmente, por um desembargador. Nós, deputados, temos toda a transparência no exercício do nosso mandato e isso tudo precisa avançar, melhorar, para que de fato, como parlamentares, possamos exercer a nossa função.

Srs. deputados e sras. deputadas, estamos num período de audiências públicas regionalizadas, no qual a sociedade é chamada para ajudar no debate do Orçamento Regionalizado. Há críticas, há reclamações quanto ao resultado desse processo,

mas o exercício de ouvir a sociedade, de chamar a sociedade para participar e discutir o Orçamento, é muito importante e deve ser valorizado. Agora, cabe-nos a função de cobrar do governo, a fim de que implemente aquilo que as comunidades regionais e suas lideranças definiram como importante no Orçamento Regionalizado.

Quanto mais respeitadas forem as decisões da comunidade, mais credibilidade o Orçamento Regionalizado vai ganhar, ao passo que a população se afastará do processo se suas decisões não forem acatadas.

No mais, srs. deputados e sras. deputadas, eu responderia ao deputado Darci de Matos sobre a Defensoria Dativa de Santa Catarina que não dá para jogar sobre o Supremo Tribunal Federal o problema da falta de atendimento dos advogados da OAB à população catarinense.

Se de fato, deputado Maurício Eskudlark, não é mais possível o estado pagar a Defensoria Dativa, ele tem que assumir isso e deixar muito claro. Agora, há uma dívida acumulada e o deputado Darci de Matos afirmou que a OAB não quer mais atender à população catarinense se não receber os mais de R\$ 90 milhões que estão atrasados.

Já afirmei na comissão de Finanças e Tributação que este é o momento para discutirmos a implementação da Defensoria Pública de Santa Catarina para atender à população catarinense. Essa é a nossa expectativa.

Deputado José Nei Ascari, v.exa. que é o relator na CCJ desse projeto, esperamos, no próximo período, fazer as audiências públicas indicadas e aprovar a criação da Defensoria Pública para ajudar a sociedade catarinense, principalmente os mais pobres.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Fim do horário dos Partidos Políticos.

Como não há matéria na pauta da Ordem do dia, passaremos diretamente à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, pessoas que nos assistem pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, quero fazer referência a um grupo profissional muito importante para o Brasil e para o estado, que são as assistentes sociais.

Ontem, dia 15, comemoramos o Dia da Assistente Social. Até me inscrevi para falar, mas dada a agenda da Casa e de outros parlamentares, não tive um espaço para prestar uma homenagem ao trabalho que as assistentes sociais fazem pelo engrandecimento, pelo equilíbrio socioeconômico de toda sociedade não somente de Santa Catarina, mas do Brasil.

A Constituição de 1988 representou um grande marco para o Brasil. Seguramente, daqui a algumas décadas será mais evidente a diferença que existe antes e depois da Constituição cidadão.

A postura dos governantes depois da Constituição de 1988 causou grandes mudanças no Brasil. Basicamente, a Constituição estabeleceu os direitos dos cidadãos, além dos deveres que naturalmente cada um de nós tem, mas estabeleceu, principalmente, direitos e evidenciou os direitos das pessoas que têm dificuldades de buscá-los.

As pessoas mais informadas, as pessoas que têm mais acesso à educação, as pessoas, enfim, que têm um nível econômico maior, acabam tendo acesso ao seu direito à educação, à saúde, à alimentação, à moradia, pelas próprias forças, pelas próprias mãos ou porque têm acesso a pessoas de influência. Mas existem grupos sociais que não têm.

Em Santa Catarina, no mínimo 20% da população catarinense passa o mês com menos de meio salário mínimo. Isso parece pouco, mas representa um milhão e 200 mil pessoas, logo, é um grande número de pessoas. E quem faz a identificação, o cadastro, a localização e a condição de moradia dessas pessoas são as assistentes sociais, que estão estruturadas, que têm conselho regional e federal.

Em nosso estado temos mais de quatro mil assistentes sociais atuantes, temos 11 universidades que formam assistentes sociais. Dos

293 municípios praticamente todos eles têm centros de referência de assistência social. E quem comanda esse atendimento são pessoas qualificadas, ou seja, os assistentes sociais.

Existem mais de 100 Creas - Centros de Referência Especializados da Assistência Social - espalhados pelos municípios. E quem faz essa tarefa, o santo de toda essa ação, são as assistentes sociais.

O Brasil, por uma iniciativa que começou em 1995, com a então primeira-dama Ruth Cardoso, criou vários tipos de apoio às pessoas mais carentes. Depois veio o governo Lula e juntou todos aqueles programas sociais que Fernando Henrique havia criado e formou o Bolsa Família, que hoje atende a 14 milhões de famílias no Brasil. Mas quem faz a identificação dos destinatários dessa ação do estado são justamente as assistentes sociais, que estão estruturadas em cada município.

Existem municípios, como Joinville, que têm mais de 150 assistentes sociais justamente para identificar quem são as pessoas que têm renda menor e por isso devem ter um tratamento diferenciado.

E Santa Catarina há 102 mil pessoas que passam o mês com menos de R\$ 70,00. E o estado tem praticamente o nome, a localização e o endereço de todas essas pessoas. E quem faz esse serviço? As assistentes sociais.

Existe um grande empenho para que todas as pessoas que estão cadastradas no chamado CAD - Cadastro Nacional Único -, que é ligado com o ministério do Desenvolvimento Social, sejam atendidas pelo Bolsa Família. Em Santa Catarina temos de 280 a 315 mil famílias no CAD, ou seja, essas famílias são aquelas cuja renda mensal *per capita* é menor de que meio salário mínimo.

Então, é um trabalho cansativo, que precisa de uma equipe de assistência social que atue com critérios, para que de fato as pessoas que estão nesse cadastro façam parte da verdadeira clientela da Assistência Social.

A terceira ação importante é o processo de inclusão produtiva, ou seja, dar capacitação a essas pessoas que estão do CAD para que possam encontrar um emprego mais qualificado com uma renda melhor.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Obrigado, deputado Serafim Venzon. Suas intervenções são sempre extremamente importantes.

Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para as 14h, no horário regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.